

Um pacote mais duro. Mas o INPC não deve mudar.

São notícias de Brasília: Delfim parece ter desistido do expurgo do INPC, mas, em compensação, fará cortes maiores, e mais recessivos, nos gastos públicos. E o ministro Leitão de Abreu confirma: o pacote sai só na próxima semana.

O novo pacote recessivo só deve sair segunda ou terça-feira. Mas algumas coisas já parecem definidas: o ministro Delfim Neto teria desistido de expurgar o INPC, diante da impossibilidade de fazer a medida passar no Congresso; os cortes nos investimentos públicos serão maiores que o previsto, atingindo os setores de siderurgia, energia nuclear e transportes; só os pequenos produtores continuariam gozando de créditos subsidiados, mesmo assim com juros maiores; com o fim de subvenção ao trigo (o açúcar também pode ser afetado), o governo espera que os panificadores passem a fabricar pão com farinha de milho e de mandioca.

A notícia de que o pacote ficará para o início da próxima semana foi dada pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Leitão de Abreu. Para ele, as medidas decorrem da necessidade de ajuste da economia, e não de imposições do Fundo Monetário Internacional, "que não está exercendo nenhum poder discricionário sobre o País".

Indagado sobre a crise de credibilidade dos ministros Delfim Neto e Ernane Galvães, e do presidente do Banco Central, Carlos Geraldino Langoni, o chefe do Gabinete Civil deu uma resposta curiosa: disse que eles estão trabalhando com dedicação e que não faria "juízo de valor" sobre a qualidade desse trabalho.

No entanto, os próprios condutores da política econômica não pretendem subscrever sozinhos — como sempre fizeram, durante as famosas "reuniões telefônicas" do Conselho Monetário Nacional — o próximo pacote, seja porque virão medidas antecipadas como "violentíssimas" seja porque sentem o abalo de seu prestígio. Pelo que se sabe, o presidente João Figueiredo

assumirá pessoalmente a responsabilidade pelo pacote — inclusive como forma de aval perante o FMI —, mediante exposição de motivos assinados por todos os ministros integrantes do CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico), órgão que se reunia pelo menos uma vez por mês com a presença do então presidente Ernesto Geisel, mas que nos quatro anos da gestão Figueiredo só funcionou uma ou duas vezes.

INPC sem expurgo?

Indagado ontem se a decisão sobre o expurgo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, base de cálculo dos reajustes salariais) já estava tomada, o ministro do Planejamento saiu-se com uma evasiva: "Não tem nada disso".

No próprio Ministério do Planejamento surgiram explicações indicando a inviabilidade de se adotar tal medida. Um problema seria de ordem técnica: como a exclusão alcançaria apenas o INPC, este ficaria "desbalanceado" em relação à inflação e às correções monetária e cambial.

No entanto, a proposta surgida nos meios oficiais era precisamente de desindexação da economia, com cortes drásticos na correção monetária. Essa proposta criaria, porém, embarracos no refinamento da dívida pública no open market, podendo ainda provocar o esvaziamento das cadernetas de poupança e pressionar o mercado do dólar.

Além disso, já existe um expurgo dos salários. Tendo como base de cálculo o INPC fixado dois meses antes, a variação anual dos salários (correspondentes a até sete salários mínimos) em junho, por exemplo, será da ordem de 117%, contra uma correção monetária acumulada, incidente sobre este mês, mas vigente a partir de 1º de

julho, superior a 130%. A diferença é idêntica em relação à inflação, medida pelo Índice Geral de Preços.

Haveria ainda sérias dificuldades políticas para expurgar o INPC, pois isso teria de ser autorizado por lei a ser submetida ao Congresso, onde seriam quase intransponíveis as dificuldades para sua aprovação. No entanto, "o assunto continua sendo discutido por aí", segundo um informante da Seplan: não faltam os que dizem que o repasse do impacto do corte dos subsídios aos salários provocará mais inflação.

Corte nos subsídios

Ontem, em Brasília, o ministro da Agricultura, Amaury Stábile, disse que "serão modificadas as formas de acesso do agricultor ao crédito".

As discussões sobre o assunto começaram há dez dias, e na sexta-feira passada os ministros Stábile e Ernane Galvães passaram 55 minutos ao telefone. O ministro da Agricultura argumentava com o ministro da Fazenda que o corte aos subsídios agrícolas não podia ser brusco, como defendiam alguns setores do governo. Pela fórmula que está em pauta, serão eliminadas as três faixas hoje existentes de acesso ao crédito: o pequeno agricultor pode tirar 90% dos custos de sua lavoura a juros de crédito agrícola (70% do INPC mais 5%), o médio 60% e o grande 40%. A partir da edição do novo pacote econômico, todos eles terão 100%, com a diferença de que os juros subirão para o pequeno produtor e agricultores do Norte e Nordeste e o grande e médio produtores pagarem taxas positivas de juros.

Está decidido, também, que a verba de investimento do setor (irrigação, equipamentos agrícolas e correção do solo) continuará sendo

subsidiada a juros de crédito agrícola e o prazo de carência, hoje de um ano, poderá passar para dois anos. A compensação para o agricultor, já que os juros serão maiores e o subsídio retirado gradualmente, é que os preços mínimos acompanharão a elevação de custos, segundo explicou Stábile. "A agricultura é uma atividade de alto risco e não pode ficar desamparada. Vejam, por exemplo, a situação do Sul do país. Saímos de uma safra excelente para quebras significativas de colheita."

Amaury Stábile considerou positiva a decisão "política" do governo de retirar o subsídio dos derivados do petróleo, do açúcar e do trigo. Sobre este último, afirmou que isso fará com que o produtor incorpore novas farinhas (milho, mandioca) na produção de pão. "Estamos subsidiando o consumidor de brioches. Com um preço real, evita-se o desperdício".

O ministro não explicou se a extinção dos subsídios ao açúcar significará alguma queda de preços internos ou se terá algum reflexo sobre o álcool. Diante da superoferta do produto no mercado externo, o governo está tendo de subvencionar suas exportações.

O chefe da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Sest), Nelson Mortada, revelou, ontem, que estão sendo feitos cortes adicionais nos investimentos das empresas estatais, além dos estabelecidos no atual orçamento, e que a redução real de 6%, antes anunciada, deverá ser bem maior. Por enquanto, as grandes empresas estão sendo chamadas pela Sest para novas negociações em torno do seu orçamento de investimento, pois os cortes serão feitos de forma a assegurar a execução dos seus projetos prioritários. "Nem a Petrobras escapará do corte."